



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXI — Nº 43

QUINTA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 1976

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 75ª SESSÃO CONJUNTA, EM 12 DE MAIO DE 1976

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Asfaltamento de trecho de rodovias no Estado do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO SYLVIO VENTUROLI — Considerações sobre o sistema metroviário em São Paulo.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Projeto de lei de autoria de S. Ex^a, dando nome a logradouros públicos de aviadores sacrificados em missão de voo.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Solenidades que serão realizadas no Município de Duque de Caxias—RJ, comemorativas do transcurso do "Dia da Imprensa".

1.2.2 — Ofícios

Da Liderança da ARENA no Senado Federal, referentes a substituições de membros em Comissão Mista do Congresso Nacional.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 27/76-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.452, de 30 de março de 1976, que concede incentivo e projetos prioritários para a economia nacional, e dá outras providências. Aprovado, à promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 76ª SESSÃO CONJUNTA, EM 12 DE MAIO DE 1976

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ATHIÊ COURY — Homenagem a ser prestada, pela comunidade da Baixada Santista, ao Comandante da

Artilharia Divisionária de Santos, General Celso dos Santos Meyer, por sua nomeação para Adido Militar da Embaixada brasileira em Washington.

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Realizações do Instituto de Pesquisa e Planejamento, mantido pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado — FIDENE, no Rio Grande do Sul.

DEPUTADO CORREIA LIMA — Ação da SUDENE com relação à seca no Estado do Piauí.

DEPUTADO RAUL BERNARDO — Reunião do Governador Aureliano Chaves com seu Secretariado de Estado e as possíveis medidas que advirão com respeito à solução do problema da seca na área do médio Jequitinhonha—MG.

DEPUTADO NOSSER ALMEIDA — Intalação de novos municípios acreanos em março de 1977.

DEPUTADO EDGAR MARTINS — Apelo ao Governo do Estado de São Paulo, no sentido da reapreciação do Programa de Bolsas de Estudo Reembolsáveis, lançado pela Caixa Econômica Federal, de São Paulo.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Reexame de decisão da Centrais Elétricas de Goiás S/A — CELG, no tocante ao remanejamento do distrito de distribuição de Miracema do Norte para a cidade de Araguaína.

DEPUTADO JOÃO MENEZES — Telegrama recebido do Sr. Irineu Cabral, Presidente da EMBRAPA, a propósito de notícias veiculadas na Imprensa a respeito do esvaziamento do ex-Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Norte — IPEAN.

DEPUTADO CARLOS ALBERTO OLIVEIRA — O problema do fenômeno das secas no Nordeste.

DEPUTADO OCTACÍLIO QUEIROZ — Reportagem inserida no Diário da Borborema, em que focaliza a seca na região do Curimataú—PB.

DEPUTADO ANTÔNIO MORIMOTO — Nomeação do Prof. José Carlos de Almeida Azevedo para Reitor da Universidade de Brasília.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, dia 13, às 11 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Diretor Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**Seção II**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS**Via Superfície:**

Semestre Cr\$ 100,00
Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

2.2.3 — Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 15, de 1976, que dá nova redação ao artigo 104 da Constituição Federal;

Nº 16, de 1976, que dá nova redação ao § 1º do artigo 104 da Constituição Federal; e

Nº 17, de 1976, que dá nova redação ao § 1º do art. 104 da Constituição Federal.

2.2.4 — Fala da Presidência

— Referente a anexação das Propostas lidas com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 2, 3, 5 e 10, de 1976, por versarem matéria conexa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 1975, que dá nova redação ao art. 184 da Constituição. **Votação adiada** por falta de **quorum**, após usar da palavra no encaminhamento de sua votação o Sr. Deputado Henrique Brito.

— Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 1975, que atribui remuneração aos Vice-Prefeitos, fixada através de Lei Estadual. **Discussão encerrada**, em primeiro turno, ficando sua votação adiada por falta de **quorum**.

2.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 75ª SESSÃO CONJUNTA, EM 12 DE MAIO DE 1976

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

Às 11 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — José Esteves — José Lindoso — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quércia — Otto Lehmann — Lázaro Barboza — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão.

E OS SRS. DEPUTADOS:**Acre**

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco —

ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA;

Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waismann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athié Coury — MDB; Aurélio Campos — MDB; Blota Júnior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nélson Rocha — ARENA; Ubaldo

Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverton Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Gionvini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Ueque — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 47 Srs. Senadores e 352 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTONIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente e Srs. congressistas, há anos que luto em favor do asfaltamento da rodovia Alberto Pasqualini, entre Val-de-Serra—Júlio de Castilhos—Ivorá, Fachinal do Soturno e Dona Francisca, fazendo a ligação daquelas cidades com o porto. O primeiro projeto que apresentei mandando incluir aquela rodovia no Plano Nacional de Viação foi considerado inconstitucional, pela Comissão de Constituição e Justiça. Após novos pronunciamentos, protestos etc., apresentei novo projeto, que foi considerado constitucional pela mesma Comissão de Constituição e Justiça. No entanto,

esse projeto mereceu parecer contrário da Comissão de Transportes — por incrível que pareça.

Trata-se de rodovia da maior importância para a região, pois possibilita o escoamento da produção de toda a zona da serra e missões, através do referido Porto. Enquanto a imprensa, Prefeitos, associações comerciais, a Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul consideram da maior importância essa estrada, a Comissão de Transporte desta Casa rejeita o projeto. É o fim da picada... Não silenciarei, no entanto, até que esta reivindicação seja atendida.

Ainda há pouco, visitando aquela região, recebi dezenas de apelos de Prefeitos, comerciantes, industriais e outros do povo para que prossiga na luta, sem desfalecimento.

Outra rodovia, em cuja retificação e asfaltamento estou empenhado — esta pertence ao Estado — é a que liga Júlio de Castilhos, Nova Palma e Fachinal do Soturno. Nova Palma é um Município apenas lembrado pelos governos do Estado e da República para pagar impostos. Não existem quaisquer obras que demonstrem a presença desses governos naquele Município, sobretudo no setor de estradas. É simplesmente vergonhoso o que ocorre. E isto não acontece por falta de alertas, de sugestões e de protestos. Já tratei do assunto reiteradas vezes, desta tribuna, sem que até hoje tenha sido tomada qualquer providência. Além disto, há meses enviei longo memorial ao Deputado Fermino Girardelo, Secretário dos Transportes, transmitindo as reivindicações da gente daquela região. Infelizmente, após uma resposta dúbia, nada foi feito.

Ao fazer este registro, renovo meu apelo em favor das estradas aludidas. Não se pode falar em aumento de produção sem que haja os meios de escoamento do produto.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sylvio Venturolli.

O SR. SYLVIO VENTUROLI (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a implantação do sistema metroviário na Capital do Estado de São Paulo veio atender a antiga reivindicação da população paulistana e a uma imperiosa necessidade dos tempos modernos, que não poupam as grandes cidades do mundo de duras condições de vida urbana, traduzidas em aflições como os monumentais engarrafamentos de tráfego de veículos automotores e várias outras mazelas impossíveis de sanar nos imensos conglomerados humanos.

Apesar de estar em funcionamento apenas a linha Norte-Sul do metrô paulistano, a perspectiva da melhora do transporte de massa na cidade é corroborado pela construção da linha Leste—Oeste do metropolitano e pelo planejamento de outras linhas consideradas como prioritárias nos estudos preliminares, que são a Sudoeste-Sudeste, Extensão Norte, Extensão Sul e Ramal Paulista.

Atualmente, com o aumento da frota operacional e a diminuição progressiva do intervalo entre os comboios, a linha em funcionamento deverá atingir seu estágio ideal ou de operação plena ainda no decorrer deste ano. E já no primeiro semestre, com a intensificação do programa de integração metrô-ônibus e metrô-ferrovia — sistema este que visa proporcionar ao usuário a dupla utilização dos transportes a preço único — serão atendidos 500 mil passageiros por dia.

Assim, desde que foi iniciada a operação remunerada da linha Norte—Sul, em setembro de 1974, o número de passageiros transportados vem aumentando progressivamente, o que faz com que a linha adquira uma efetiva fisionomia de transporte de massa, já que São Paulo fez sua opção por um sistema integrado de transportes.

Numa entrevista concedida à publicação "Índice — O Banco de Dados", o Engº Plínio Oswaldo Assmann, presidente da Companhia do Metropolitano de São Paulo, afirmou que pelos resultados alcançados até o momento, pode afirmar-se que o metrô se incorporou definitivamente ao patrimônio da população e da cidade e que aos altos padrões qualitativos proporcionados pelo sistema — em

termos de limpeza, eficiência, rapidez e segurança — a população respondeu com maturidade, revelando um nível de educação comunitária sem precedentes na história dos transportes públicos do País.

É com imenso júbilo que tomamos conhecimento dessas palavras do presidente da Companhia do Metropolitano de São Paulo, que dá bem uma visão do nível de progresso alcançado no Brasil e que não é só material mas também da média do comportamento urbano e social do homem brasileiro, equiparando-se às melhores civilizações do mundo ocidental.

Essa séria e realista reação da população paulistana face ao metrô, ainda mais se destaca quando sabemos que ao aumento da utilização do novo meio de transporte não corresponde nenhum declínio nos padrões de comportamento e de educação dos usuários. Assim, para se ter um exemplo, apenas em janeiro de 1976 foram transportados cerca de 6 milhões e 200 mil passageiros, em fevereiro, 7 milhões e 900 mil, o que resultou numa média diária da ordem de 272 mil passageiros. Em março, verificou-se novo recorde de movimento, pois em um só dia foram transportados mais de 424 mil passageiros e a previsão para este semestre é de uma média de 500 mil passageiros/dia.

Claro está, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que apenas a linha atual não solucionará o problema dos transportes em São Paulo, mas já é um grande começo, pois sua construção serviu como lição e sua utilização como experiência, como verdadeiro laboratório de transporte de massa, que resultará, sem qualquer dúvida, num maior número de acertos no planejamento e construção de novas linhas ou, segundo as palavras do Eng^o Plínio Assmann, referindo-se à primeira linha do metrô, "serviu também para revelar o quanto ainda existe pela frente, a fim de que sejam superados os atrasos e equívocos historicamente acumulados".

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, seja trabalhando, o aviador civil, ou em missão oficial, bélica ou não, o aviador militar a serviço do País, vítima de infortúnio aéreo, ambos merecem o reconhecimento da Nação e o preito da admiração da juventude.

Desafortunadamente, não são poucos os aviadores militares sacrificados em desastres aéreos fatais, em missão de voo.

Na maioria das vezes são jovens, eliminados de maneira tão trágica da carreira que abraçaram com entusiasmo.

Seu desaparecimento desfalca o Brasil de dedicados e utilíssimos servidores, de difícil substituição.

Voar ainda vai constituir, por muito tempo, uma aventura.

Morrer trabalhando no infinito, em missão do Correio Aéreo Nacional, em encargo das Forças Armadas ou a serviço da Pátria, comprova a admirável intrepidez de uma pleiade de bons brasileiros, que tanto atuam em tempo de paz, como em períodos de guerra, defendendo a subsistência da família ou o resguardo da soberania do Brasil.

Nada mais justo, pois, que os nomes desses heróis de todos os dias venham a colorir placas de ruas ou de praças das cidades que os viram nascer e não lhes assistiram o trágico traspasse.

Quantos atravessarem esses logradouros públicos terão oportunidade de reverenciar a memória desses bravos e destemidos patriotas, que na última subida aos céus de lá não retornaram.

Na Legislação passada tivemos ensejo de apresentar ao Judiciário crivo de nossos eminentes pares projeto de lei semelhante.

A Comissão de Constituição e Justiça, depois de ouvir o Ministério da Aeronáutica a respeito da conveniência da conversão da proposição em lei, opinou, unanimemente, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, por sua aprovação, acolhendo parecer do nobre Deputado Altair Chagas,

A manifestação do Ministério da Aeronáutica foi exarada nos seguintes termos, altamente honrosos para nós:

"Aviso nº , de 20 de abril de 1972, do Ministério da Aeronáutica.

Senhor Primeiro-Secretário.

Através do Ofício nº , de 3 de dezembro de 1971, Vossa Excelência, atendendo ao desejo manifestado pela Comissão de Constituição e Justiça dessa Casa, solicitou o pronunciamento do Ministério da Aeronáutica sobre o Projeto nº 422-71, de autoria do Sr. Deputado Florim Coutinho, que "Dispõe sobre os nomes de logradouros públicos em homenagem a aviadores mortos em serviço".

Esclareço a Vossa Excelência que esta Secretaria de Estado não vê qualquer inconveniente em que a referida proposição seja transformada em Lei.

Em nome da Família Aviatória Brasileira, consigna aqui o seu mais profundo reconhecimento ao autor do Projeto, pela maneira carinhosa com que pretende homenagear os que foram sacrificados em prol da Aviação do Brasil.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha elevada estima e distinta consideração. — Joelmir Campos de Araripe Macedo, Ministro da Aeronáutica."

A Comissão de Transportes, que também apreciou nossa proposição, aprovou-a com ressalva do voto do Deputado Mário Telles, sufragando o parecer do Relator, Deputado Dias Menezes, da representação bandeirante.

Infelizmente faltou sensibilidade ao Plenário, e ali foi derrotada nossa iniciativa, tão elevadamente inspirada.

Por não reconhecermos razões plausíveis para esse grupo de Deputados negar às famílias dessas vítimas de desastres aéreos o consolo de ver o nome de seus implorados parentes lúcido em placas de praças e ruas, e ainda atendendo a solicitações que recebemos de inúmeros recantos do País, as mais longínquas, voltamos a apresentar nosso projeto, revestido de novas roupagens, mas com a mesma irretorquível procedência.

Confiemos em que desta feita venha ele a merecer os aplausos de todos — inclusive do Plenário — para sua, afinal, transubstanciação em lei.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Sem revisão do orador) — Srs. Congressistas, no dia de amanhã o Brasil inteiro comemorará o Dia da Imprensa. Homenagens aos profissionais da comunicação social serão realizadas em vários pontos do território nacional. No entanto, Duque de Caxias é pioneiro num tipo de homenagem. Oficialmente, aquele Município realiza, no dia 13 de maio, de alguns anos a esta parte, solenidades especiais, nas quais é comemorado o Dia da Imprensa, quando são ressaltadas as finalidades da imprensa e as qualidades daqueles que nela labutam. Amanhã, inspirada numa feliz idéia do Diretor do Departamento de Comunicação Social da Prefeitura de Duque de Caxias, o Jornalista Alédio Pinheiro, será, mais uma vez, comemorado o Dia da Imprensa pela Prefeitura duque-caxiense.

Nas solenidades, que terão início às 10:00 horas, na Câmara Municipal da cidade, serão prestadas homenagens diversas à imprensa, com a apresentação do coral do Colégio Municipal Castello Branco e com a entrega de cartões de prata. À tarde haverá um coquetel em homenagem a todos os jornalistas que militam naquele município. À noite, as solenidades serão encerradas com um torneio de futebol no Estádio Correia Méier.

Queríamos registrar o fato nos Anais do Congresso para que o exemplo da municipalidade de Duque de Caxias, de atenção à imprensa, fosse seguido nos demais Municípios do Brasil.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Não há mais oradores inscritos para breves comunicações.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.
São lidos os seguintes

SENADO FEDERAL

Do Líder da ARENA
Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Magalhães Pinto
DD. Presidente do Senado Federal

Em 12 de maio de 1976

Senhor Presidente

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum do Congresso Nacional, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Senador Luiz Cavalcante, pelo nobre Senhor Senador Virgílio Távora na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 4, de 1976 (CN), que "fixa idade máxima para inscrição em concurso público destinado ao ingresso em emprego e cargos do Serviço Público Federal".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração — Senador **Petrônio Portella**, Líder.

SENADO FEDERAL

Do Líder da ARENA
Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Magalhães Pinto
DD. Presidente do Senado Federal

Em 12 de maio de 1976

Senhor Presidente

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum do Congresso Nacional, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Senador Altevir Leal, pelo nobre Senhor Senador Renato Franco na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 4, de 1976 (CN), que "fixa idade máxima para inscrição em concurso público destinado ao ingresso em emprego e cargos do Serviço Público Federal".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração, Senador **Petrônio Portella**, Líder.

SENADO FEDERAL

Do Líder da ARENA
Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Magalhães Pinto
DD. Presidente do Senado Federal

Em 12 de maio de 1976.

Senhor Presidente:

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum do Congresso Nacional, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senhor Senador Otair Becker, pelo nobre Senhor Senador Saldanha Derzi, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei nº 4, de 1976 (CN), que "fixa idade máxima para inscrição em concurso público destinado ao ingresso em emprego e cargos do Serviço Público Federal".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador **Petrônio Portella**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A Presidência convoca Sessão Conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 1975, e à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 1975.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1976-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 36, de 1976-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.452, de 30 de março de 1976, que concede incentivo e projetos prioritários para a economia nacional, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara e no Senado e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas.)

ATA DA 76ª SESSÃO CONJUNTA, EM 12 DE MAIO DE 1976 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. WILSON GONÇALVES

Às 19 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — José Esteves — José Lindoso — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney —

Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz

Cavalcante — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Lázaro Barboza — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão.

EOSRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nasser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes —

ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloísio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waismann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekkel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio FONSECA — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA;

Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athié Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Ávalro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Gionvini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Ueque — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — As listas de presença acusam o comparecimento de 47 Srs. Senadores e 352 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Athié Coury.

O SR. ATHIÉ COURY (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Está sendo homenageado, hoje, em Santos, pelas forças vivas da cidade e da Baixada Santista, o Comandante da Artilharia Divisionária de Santos, o General Celso dos Santos Meyer, recentemente nomeado pelo Presidente da República, novo Adido Militar da Embaixada Brasileira em Washington.

Tendo eu aderido a essa homenagem e não podendo comparecer pessoalmente, encaminhei para ser lido o discurso presente, que peço faça constar dos Anais do Congresso Nacional.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ATHIÉ COURY:

Exmº Sr. Dr. Antônio Manoel de Carvalho,
DD. Prefeito de Santos.

Exmº Sr. General de Brigada, Celso dos Santos Meyer,
DD. Homenageado desta engalanada e memorável noite santista.

Meus Senhores,

Minhas dignas Senhoras.

Não podendo faltar a este ato, por dever de reconhecimento e de gratidão, neste momento em que toda a população de nossa lendária cidade de Santos vem apresentar ao Gen. Celso dos Santos Meyer, e à sua digníssima família, suas despedidas, com muita honra me faço representar pelo Dr. Angelo Ramos, que perante os presentes traduz meus sentimentos, através sua cristalina voz, com relação aos homenageados.

O ilustrado Comandante da Artilharia Divisionária de Santos — AD/2º — assumiu esse importante posto em 1974, cedo logrando angariar a estima geral dos santistas, fato que se observou, também, relativamente aos membros que integram sua simpática família.

Suas atitudes cavalheirescas, seus gestos nobres, seus atos equânimes, entre nós manifestados, conquistariam qualquer população, fosse de qualquer rincão do Brasil, fosse de qualquer parte do mundo.

S. Ex^a é realmente um *gentleman*, cuja conduta é sempre a mais distinta, a mais correta, tanto frente a um subordinado, a uma pessoa do povo, como à mais alta autoridade, nacional ou estrangeira.

Por isso é tão representativo o número dos participantes desta merecidíssima homenagem, e não menos expressiva a satisfação de seus comandados presentes, e dos que se fizeram representar.

O Gen. Celso Meyer, nascido carioca, é filho do cidadão alemão, Adolpho Meyer, já falecido, e de D. Elvira.

Terminou o curso do Externato do Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, em 1938, quando assentou praça no Exército, chegando a Aspirante a Oficial dois anos após. No ano seguinte foi a 2º-Tenente e, em 1942, a 1º-Tenente. Em 1945 era Capitão, Major em 1952, em 1960 Tenente-Coronel, seis anos após sendo promovido a Coronel, e atingindo, finalmente, em 1974 o generalato.

Entre seus cursos militares figuram o de Artilharia; Artilharia de Costa; Estado-Maior; Escola de Artilharia do Exército dos Estados Unidos, de 1951 a 1952; Escola das Américas do Exército dos EUA; e Escola Superior de Guerra.

Como Tenente integrou a Bateria do 3º RAM, de Curitiba; foi oficial de Transmissões da 2ª Bateria Independente de Artilharia de Costa e Forte Barão do Rio Branco; de Jurujuba e Oficial de Educação Física no Leblon, de 43 a 45.

Como Capitão comandou a 3ª Bateria — G A COS — De Olinda; Ajudante-de-Ordens do Chefe da Diretoria de Material Bélico e posteriormente Departamento Técnico e de Produção do Exército, no Rio; Oficial de Estado-Maior do RG do Núcleo da Divisão Blindada e Instrutor na Vila Militar, também no Rio de Janeiro.

Já Major, continuou como Instrutor na Vila Militar, depois Oficial de Estado-Maior no QG do Núcleo da Divisão Blindada; Adjunto da 3ª/EME, no Gabinete da mesma unidade, e Oficial de Ligação junto à Seção do Exército; e da 2ª/EME e do Gabinete, até 1960.

Como Tenente-Coronel comandou o 2º G A 75 CAV, sediado em Santiago, no Rio Grande do Sul; e foi Adjunto da Delegação Brasileira e Chefe de Gabinete no CMMBEU até 1966.

Chegando a Coronel, foi chefe da Comissão Diretora de Relações Públicas do Exército, no Rio; chefiou o Gabinete do Ministro do Exército em Brasília, em 1969; chefiou o Gabinete da IGPM, na Capital da República; membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, no Rio, até 1972; e Chefe da Seção de Ligação do Comando do I Exército, no Rio, até 1974, quando promovido a General-de-Brigada.

Nas atividades desportivas — que tanto, particularmente, me aproximaram a S. Ex^a — praticou o futebol, o pólo aquático, o voleibol e o basquetebol. Nesta última se fez Campeão Carioca, em 1936; Campeão Paranaense em 41; Campeão de Niterói no ano seguinte; oito vezes Campeão Brasileiro pelo Rio de Janeiro e duas vezes Campeão Sul-americano de 1939 a 1945.

No desenvolvimento de sua larga experiência, no Exército e fora dele, o Gen. Celso dos Santos Meyer foi um imbatível acumulador de cultura, lendo em inglês, francês e espanhol, e falando fluentemente a língua de Winston Churchill.

Ilustres presentes, somente a alegria de ver S. Ex^a na eminente função de Adido Militar na Embaixada Brasileira em Washington — para a qual foi recentemente nomeado — supera nossa tristeza em ver-lhe afastar-se de nosso convívio amigo. Mas tanto ele quanto sua queridíssima família, integrada por D. Dora Alves Meyer, e os filhos Celso, Denize, Daniela e Danusa, deixarão entre a boa gente santista inesgotáveis saudades.

Em nosso e em nome da cidade inteira de Santos, Gen. Celso dos Santos Meyer — pois se é dos Santos haverá de ser de Santos — estimamos que V. Ex^a, em o novo e elevado posto nos Estados Unidos, prossiga sua ascensional carreira — tão recamada de brilho — de que tanto se orgulham os seus e todos os que, um dia, tiveram a ventura de serem inscritos no comando de seus admiradores.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado — FIDENE — é uma instituição que muito se recomenda. Ao lado das várias faculdades que funcionam com os melhores resultados, dada a eficiência do ensino, mantém Museu, cuja sede será inaugurada no dia 25, e criou o Instituto de Pesquisa e Planejamento, órgão que vem se destacando pelos notáveis serviços que vem realizando. A instituição

“nasceu da união dos Institutos de Estudos e Pesquisas Aplicadas e de Planejamento e Administração Aplicada, em 1971.

Atuando basicamente na área das Ciências Sociais e da Administração Pública e Privada, o IPP concentra suas atividades na elaboração de pesquisas sócio-econômicas, educacionais e administrativas, estudos de viabilidade e diagnósticos, além de projetos de desenvolvimento urbano. Elabora os instrumentos necessários à Administração Pública e Privada, prestando assistência nos projetos das instituições que requerem seus serviços.

Seus objetivos principais concentram-se basicamente em: Elaborar pesquisas de interesse dos estabelecimentos de ensino e de entidades públicas e privadas.

Coordenar e superintender as atividades ligadas à pesquisa e ao planejamento na FIDENE, criando unidade e eficiência.

Elaborar e encaminhar o processamento de planos de desenvolvimento local integrado nos municípios da Região Noroeste, e criar mecanismos para a implantação efetiva dos planos elaborados desenvolvendo modalidades de implantação e execução de planos.

Atuar na área de contabilidade e planejamento da empresa agrícola na Região.

Coletar dados e promover estudos periódicos de indicadores do processo de transformação da Região Noroeste do Estado.

Promover periodicamente encontros, cursos e palestras de técnicos em pesquisa e planejamento, que atuam em instituições públicas e privadas, com o fim de revisar constantemente o conhecimento do método científico e das técnicas aplicadas ao desenvolvimento econômico e social.

Contribuir para o ensino da pesquisa nos estabelecimentos de ensino superior, como técnica de aprendizagem e como instrumento de descoberta e redescoberta científica.

O IPP já realizou 22 trabalhos, 18 de pesquisa e 4 de assessoria técnica.

Entre os trabalhos de pesquisa estão:

— Área Institucional do Plano de Desenvolvimento Integrado de Ijuí.

— Estudo de Viabilidade: Ramal Ferroviário Catuêpe— Santo Augusto.

— Produtividade em Ijuí, Ajuricaba e Augusto Pestana. Diagnóstico.

— Trigo e Região. Um Estudo de Caso.

— Escoamento da Produção e Inadequação do Sistema de Transportes: o Caso da COTRIJUÍ.

— Colégio Presidente Getúlio Vargas (Três de Maio — RS). Diretrizes de Planejamento.

— Avaliação dos Cursos de Licenciatura em Estudos Sociais, Ciências e Letras.

— Estudo da Participação em Grupos da Experiência de Educação Comunitária de Ijuí.

— Análise de uma Experiência de Educação da FIDENE no Município de Braga — RS.

- Diagnóstico das Condições dos Serviços de Saúde na Região Polarizada por Ijuí.
- Permissividade e Educação em Carl R. Rogers.
- Coronel Bicaco, Braga e Redentora: Financiamento e Modernização Agrícola.
- Plano Diretor de Santo Augusto: Diretrizes de Desenvolvimento Urbano.
- Santo Augusto: Caracterização Sócio-Econômica.
- Entre os trabalhos de assessoria técnica o IPP realizou o Projeto de Implantação do Sistema Cadastral Imobiliário da Zona Urbana de Santo Augusto para a Prefeitura Municipal da referida cidade, elaborando igualmente seu Código Tributário. Vem realizando, após a implantação do Sistema Cadastral, sua atualização anual."

Em correspondência que recebemos da Diretora e do Secretário do IPP, prof.^a Elza Maria Fonseca Falbenbach e prof. Aldomar Arnaldo Rückert, fomos informados de que o Instituto tem à venda, pelo reembolso postal, os seguintes trabalhos:

1. "Coronel Bicaco, Bragã e Redentora. Financiamento e Modernização Agrícola".
2. "Diagnóstico das Condições de Saúde na Região Polarizada por Ijuí".
3. "Avaliação dos Cursos de Licenciatura em Estudos Sociais, Ciências e Letras".
4. "Análise de uma Experiência de Educação da FIDENE no município de Braga".
5. "Permissividade e Educação em Carl R. Rogers".
6. "Trigo e Região. Um Estudo de Caso".
7. "Produtividade em Ijuí, Ajuricaba e Augusto Pestana. Diagnóstico".
8. "Escoamento da Produção e Inadequação do Sistema de Transportes: o Caso da Cotrijui".
9. "Colégio Presidente Getúlio Vargas (Três de Maio — RS). Diretrizes de Planejamento".
10. "Santo Augusto: Caracterização Sócio-Econômica".
11. "A Prática Pedagógica e a Reprodução das Relações Sociais de Produção".

Como representante de Ijuí, sinto-me orgulhoso em fazer este registro nesta Casa. Um Instituto deste gabarito, cheio de vitalidade e farto de realizações, engrandece qualquer fundação educacional e dignifica qualquer comunidade. À Direção e ao corpo docente os nossos calorosos cumprimentos e os votos de constante prosperidade ao IPP. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Correia Lima.

O SR. CORREIA LIMA (ARENA — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores:

Vivemos época de atitudes realísticas, onde avulta a necessidade de enfrentar problemas que crescem em razão geométrica, os que inercialmente e regridem ao nada um imenso esforço nacional, ou os que contribuem como fermento de um clima impróprio à paz social e bem-estar de todos os brasileiros. A má interpretação, a mínima postergação ou timidez em inserir-se nestes, torna-os a cada instante mais complexos.

Desejamos referir-nos, hoje, especificamente, à agropecuária, o setor primário da nossa economia.

Srs. Congressistas, o Governo Federal permitiu aos rurícolas brasileiros apoio econômico através de dinheiro barato, a longo prazo, sem correção e carência compatível à aplicação e, sobretudo, de acesso relativamente fácil. A tranquilidade e ordem nos campos, a nosso ver, uma vitória fundamental do eminente nordestino, Marechal Castello Branco, é uma realidade cristalina. A cobertura previdenciária dos campos, seqüência lógica da ação iniciada em 64, jun-

tou a ordem à tranquilidade material de um sem-número de brasileiros, até então apartados dos menores índices humanos, e deu àqueles que se viam num futuro próximo irremediavelmente condicionados à miséria, alento bastante para dedicar um esforço integral às tarefas produtivas. Por último, deixando de detalhar válidas medidas conjunturais, como rodovias que enfeixam o País numa malha em todas as direções, eletrificação dos núcleos populacionais com ramificações rurais em crescente, maciça escolarização, recursos federais robustecendo os erários dos Estados, podemos afirmar que já é possível descer a minúcias, uma delas, o enfoque principal do nosso discurso — a incompatibilidade decenária da SUDENE de interpretar os fatores inercialmente e aceleradores do desenvolvimento nordestino; a sua notória incapacidade de equacionar medidas globais que permitam ao povo daquela região caminhar sem o temor dos problemas cíclicos das secas; a sua presença infalível com medidas paliativas nas épocas difíceis de estiagem prolongada. Na realidade, grande parte do povo piauiense passará atroz necessidade, não por culpa do Governo Federal, que aí está para contribuir com vastos recursos, porém, por absoluta responsabilidade da SUDENE, que é incapaz até de definir as áreas devastadas por secas. Quem aprecia no mapa piauiense as áreas ditas carentes de chuvas, vê que, praticamente, é um círculo. Não chove no perímetro e sim no núcleo, no caso, uma chuva fictícia, onde podemos dizer que permitida pelos conta-gotas dos técnicos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. O procedimento de tão empírico e dependente da interpretação do Chefe do Escritório Regional leva a erros clamorosos, deixando incontáveis municípios à própria sorte, com graves reflexos nos benefícios inicialmente aludidos.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, como não dispomos de tempo maior no período de breves comunicações, pretendemos voltar ao assunto, encerrando o nosso discurso apreciando a situação de um município, Campo Maior, que para a SUDENE é um paraíso de estabilidade pluviométrica. Naquela região as chuvas chegaram com atraso, nos primeiros dias de fevereiro. Durante todo o mês, sem falha de um dia, ocorreram fartas chuvas. A população, animada, lançou mão dos créditos agropecuários e partiu para uma intensa atividade agrária. Colaborando com a perspectiva de uma boa estação de chuvas, a SUDENE desmentia os que pressentiam o espectro da seca. Grandes campos foram plantados e o agricultor deliciava-se em vê-los verdes e exuberantes. Pois bem, as chuvas foram embora, tão de súbito como chegaram. Não choveu por todo o mês de março e, no linguajar regional, março entregou a abril o tempo sem chuva. Porém, as aguadas todas cheias e a vegetação exuberantemente verde. Para o espectador desavisado, e no caso a SUDENE, as coisas na região deveriam correr às mil maravilhas. O fato é que as culturas cresceram, chegaram a florar, algumas brotaram cachos. A maior parte da floração feneceu por falta de água nesta fase vegetativa. Os grãos não se corporificaram por igual razão. Hoje, em Campo Maior, o desalento é generalizado. O rurícola não tem onde dar um dia de trabalho. As suas economias e mantimentos chegaram ao zero no esforço de plantar os roçados. O feijão é escasso e o quilo vale um dia de serviço. A farinha, tendo em vista a desvalorização nas safras anteriores, é inexistente. O arroz é gênero fora da poupança rurícola. As demais proteínas, obviamente, estão fora de cogitação. Com todo este quadro facilmente comprovável para a SUDENE, o Município de Campo Maior é um paraíso terrestre. Por último, um fato apenas deveria colocar a SUDENE de sobreaviso com relação a Campo Maior — o solo da região, apesar de favorável para o cultivo da mandioca, feijão, milho e em alguns lugares ao arroz, é pouco profundo, mais ou menos uma lâmina de 80 cm, com um arenito impermeável, contínuo, inacabável. Rapidamente é saturado d'água e, mais rápido ainda, esta água evapora-se. Não havendo chuvas durante o ciclo vegetativo, o solo não pode suprir as culturas das suas necessidades hídricas, e nada resulta dos esforços de bravos piauienses. À falta de um conhecimento tão elementar, enganoso pelo aspecto externo, não foram previstas frentes de trabalho naquela região e nos 14 muni-

cípios da vizinhança. Até a migração, uma solução heróica, é impraticável. As frentes mal bastam para absorver parte dos viventes das áreas selecionadas.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não aceitamos como válida a ação da SUDENE no Estado do Piauí. Como representante federal daquela área, levamos a nossa apreciação, que é coerente e colimada com aqueles que nesta Casa representamos. Ainda há tempo para um amplo revisionamento. Este é o apelo que fazemos ao enfeixar o nosso discurso.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Bernardo.

O SR. RAUL BERNARDO (ARENA — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

É bastante conhecida de toda a Nação a situação calamitosa em que se encontram vastas regiões do Nordeste brasileiro, vítimas constantes e cíclicas das secas e contraste perene, eu diria até quase que insólvel, com outras regiões que concomitantemente (e também ciclicamente) sofrem do flagelo oposto das inundações.

Tema sempre repetido para a produção de alguns dos mais belos romances da língua portuguesa; assunto obrigatório para pesquisas sociológicas de universidades nacionais e estrangeiras; material abundante para parcas e não muito bem sucedidas produções cinematográficas — porém presença constante nos vídeos de milhões de aparelhos de televisão no Brasil todo — as secas do Nordeste, Sr. Presidente, bem que já poderiam estar encontrando o seu fim, ou pelo menos a aproximação dele.

Não restam dúvidas nenhuma de que, após a ascensão dos primeiros governos da Revolução de 1964 e de lá para cá, o problema secular das secas no Nordeste tem recebido um tratamento mais humano, mais técnico, mais objetivo, bem mais próximo do desejo real de solução, e não apenas de procrastinação criminosamente rendosa.

Uma dessas medidas concretas e salutares, Srs. Congressistas, foi a dinamização da SUDENE. Acontece, entretanto, que há no Estado de Minas Gerais uma região que, exatamente por estar fora da área mineira da SUDENE, tem sofrido o azar de não poder contar com o peso dos recursos dessa exemplar autarquia. É o chamado "Médio Jequitinhonha".

Sendo a SUDENE uma autarquia federal, são muito maiores suas chances de conseguir recursos consideráveis para essa região, assim como tem conseguido recursos para as regiões mineiras que estão sob sua jurisdição. Assim como têm sido contempladas as regiões da área mineira do "Polígono das Secas" (a chamada área legal), também aquelas regiões que são adjacentes ao Polígono mereceriam uma bem melhor sorte (a área real).

Estou evidenciando o óbvio dessa situação, Srs. Congressistas, pela simples razão de que, bafejada pelos recursos federais, infinitamente maiores, a SUDENE tem muito maiores possibilidades de enfrentar objetivamente o problema do que a muito bem intencionada e dinâmica administração do Governador Aureliano Chaves.

Não quero dizer com isso que a SUDENE tenha estado alheia ao grave problema que o norte de Minas Gerais está enfrentando, em proporções que provocam não apenas consequências econômicas, mas até mesmo sociais, com a intensificação a níveis nunca dantes atingidos do êxodo das populações rurais.

Sei que a SUDENE tem destinado recursos para aquela região, especialmente no sentido de abrir frentes de trabalho que absorvam a mão-de-obra que se torna perigosamente ociosa como um dos corolários naturais do fenômeno da seca. Sei também que o Governo Estadual tem envidado esforços quase sobre-humanos, no sentido de se sobrepor a uma situação que, provocada por fenômenos naturais, mas que se afiguram quase sobrenaturais, por vezes desafiam audaciosamente qualquer administração, por mais bem intencionada que ela seja.

Visitando pessoalmente mais de uma vez o norte do Estado de Minas, em uma delas em companhia do Ministro do Interior, deu o Governador Aureliano Chaves prova cabal de sua sensibilidade aguda para com o problema e suas naturais consequências, visitas essas das quais resultaram, de imediato, algumas medidas objetivas. Entre elas, Srs. Congressistas, pode-se citar o reescalonamento das dívidas dos produtores das regiões assoladas, a ampliação da faixa de crédito para pecuaristas e agricultores, a abertura de frentes de trabalho em obras rodoviárias e de açudagem e a preparação de mão-de-obra e a compra de gado pela COBAL.

Ninguém nega, Sr. Presidente, que sejam medidas acertadas essas. É fácil reconhecer, entretanto, que o problema exige, além disso, outras medidas, mais profundas e mais duradouras, e não emergentes, senão que até de antevisão, pois ainda uma vez é bem verdadeiro o ditado popular que assevera secularmente: "É melhor prevenir do que ter de remediar".

Para o sucesso da política de ação integrada do Estado e da União, é imperioso impedir, Srs. Congressistas, que as dificuldades eventuais que agora assolam o Vale do Jequitinhonha acabem por implicar no desfalque de seus recursos humanos, na verdade o fator mais importante para o sucesso dessa política. Para a colimação desse objetivo tão elevado serão necessárias sempre providências mais profundas e mais objetivas do que as rotineiras que se tomam, toda vez que o flagelo da seca se abate sobre a Região.

É por isso que estamos otimistas quanto aos resultados positivos que precisa ter, na prática, a providencial reunião do Governador Aureliano Chaves com cinco de seus Secretários de Estado, com os Diretores do DER de Minas Gerais e da CODEVALE e um grande número de técnicos especializados em assuntos de seca. Em relatório entregue ao Governador, constatou-se que em vários municípios dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri não chove desde dezembro do ano passado e, por isso, já há falta de água potável em várias cidades, pois todos os rios e córregos da área estão abaixo de seu nível normal, estando alguns até secos, sendo crítica a situação em 13 cidades, de precariedade acentuada em 15 outras e bastante grave em 19 outras cidades.

Estamos otimistas, repito, quanto às medidas que possam surgir dessa reunião do Governador de Minas com os assessores especiais, os quais, em ação conjunta da Secretaria do Planejamento e Coordenação do Estado com órgãos federais, poderão decretar a solução definitiva desse grave problema cíclico.

Era o que tinha para dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nosser Almeida.

O SR. NOSSER ALMEIDA (ARENA — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Tive a oportunidade, há alguns dias, de endereçar, desta tribuna, um apelo a S. Ex^{as}, os Srs. Ministros Armando Falcão e Hugo de Abreu, a respeito do pleito formulado pelo Governador de meu Estado, a respeito da instalação dos municípios criados pelo art. 55 da Constituição Estadual de 1963, e não instalados até esta data.

Passados treze anos, a questão vinha se arrastando sem solução viável, à vista do advento da Emenda Constitucional nº 1/69, e do Ato Complementar nº 46, que aditaram novas restrições para a criação de novos municípios, além dos requisitos constantes da Lei Complementar nº 1/67. Entendeu o Governo do Estado que a situação jurídica no caso do Acre diferia dos demais pedidos em andamento, já que não se tratava de criação, mas de instalação de municípios efetivamente criados. Consultado neste sentido, o Ministério da Justiça, através de sua Consultoria Jurídica, ratificou o entendimento da Administração Estadual, em pronunciamento que vem de ser aprovado por S. Ex^a o Sr. Ministro Armando Falcão, a tempo de serem adotadas as providências, para que se realizem eleições, nas novas unidades administrativas, em novembro vindouro.

A Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, por sua vez, através de manifestação do Ministro Hugo de Abreu, deu igualmente acolhimento à solicitação do Governo do Acre, o que ensejou o encaminhamento de Mensagem do Governador à Assembleia, para que, alterados os limites territoriais, antes do dia 15 do corrente, possamos ter os novos municípios instalados em março de 1977, ao ensejo da posse dos Vereadores que vierem a ser eleitos em novembro vindouro.

Esta é a razão, Sr. Presidente, que me leva a agradecer tanto ao ilustre Titular da Pasta da Justiça, quanto ao eminente Secretário-Geral do Conselho de Segurança, a presteza com que deram solução a esse antigo problema.

Realmente, a divisão territorial e administrativa de meu Estado datava de 1939, precisando ser revisada, como um imperativo de nosso desenvolvimento e em função da própria evolução demográfica das duas microrregiões do Purus e do Juruá. Atende-se assim, portanto, não apenas ao interesse regional, mas também às justas aspirações e anseios dessas populações que há anos reclamavam a autonomia de que passarão a desfrutar, graças ao empenho e à compreensão dos órgãos federais competentes.

No momento, pois, em que registro os agradecimentos do Governo do Acre e o reconhecimento do povo acreano a S: Ex^{tas}, quero igualmente congratular-me com as populações de Assis Brasil, Plácido de Castro, Mâncio Lima, Quinari e Manoel Urbano. Endereço também os meus agradecimentos ao Governador Geraldo Mesquita que, atendendo ao apelo que lhe fiz desta tribuna, determinou a inclusão do município de Manoel Urbano entre aqueles que deverão ser instalados em março vindouro.

Eram essas, Sr. Presidente, as considerações que desejava fazer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edgar Martins.

O SR. EDGAR MARTINS (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente; Srs. Congressistas: como é de amplo conhecimento, a Caixa Econômica Federal de São Paulo lançou, por determinação do Governo Estadual, o chamado Programa de Bolsas de Estudo Reembolsáveis, que, segundo os órgãos governamentais a ele ligados, se destinava a financiar os estudos de universitários pobres, sem recurso algum, ou daqueles tantos outros que percebem baixas rendas.

Tal iniciativa governamental foi, segundo noticiou a imprensa paulista, precedida de enorme publicidade. De fato, grande destaque foi dado a esse programa através dos jornais de nosso Estado e mesmo pelos canais de televisão.

Caráter essencial foi dado ao empreendimento, que chegou a levar o Sr. Governador do Estado aos canais de televisão, para de maneira oficial dar cobertura ao cometimento.

Segundo os dados publicados pela imprensa falada e escrita, o número de estudantes inscritos atingiu o número de 25.100.

Para tristeza e decepção dos candidatos inscritos no Programa de Bolsas de Estudo Reembolsáveis, quando chegou a hora da contemplação, o insignificante percentual de 13,9% acusava o resultado final dos alcançados com a tão divulgada medida governamental, pois apenas 3.471 estudantes lograram receber o empréstimo da Caixa Econômica Federal para financiar seus estudos.

Vale dizer, 86% (oitenta e seis por cento) dos estudantes inscritos para obtenção de empréstimo para custear estudos ficaram de fora do programa governamental, para cuja promoção foi gasto tanto dinheiro, com a imprensa escrita em geral e, em particular, com pronunciamentos feitos através da televisão.

Estamos certos da sinceridade de propósitos que levou o Governo do Estado de São Paulo a realizar tal promoção. Mas há de se convir que a dimensão dada à promoção do empreendimento não correspondeu, de modo algum, ao resultado final, quando tão poucos universitários conseguiram obter tais bolsas.

De fato, a decepção reinante na área estudantil é muito grande. Em primeiro lugar, dada a grande publicidade que dava ao Programa importância transcendental, o que encheu de esperanças a milhares de universitários, os quais, sem tais bolsas reembolsáveis, jamais poderão encetar seus estudos.

Em segundo lugar, o ínfimo número de beneficiados pela iniciativa encheu de tristeza e amargura os arraiais universitários. E há, na verdade, fundadas razões para tal estado de espírito.

É que grande parte de nossos estudantes têm encargos familiares, dos mais diversos matizes. Todo o mundo sabe que a maioria de nossos jovens universitários são já casados. Têm eles, portanto, pesados encargos financeiros e sua quase totalidade percebe baixos salários. Sem o financiamento oficial, que seria feito através do Programa de Bolsas Reembolsáveis da Caixa Econômica, ficaram eles marginalizados, já que impedidos de iniciar ou prosseguir em seus estudos.

Ínúmeros protestos foram feitos através da imprensa, entre os quais os registrados pela Folha de São Paulo, em suas edições de 28-4-76, 4-5-76 e 24-4-76.

Tenho recebido, de inúmeros eleitores, ardentes protestos e dramáticos apelos, para que, da Tribuna desta Augusta Casa do Povo, levante minha voz em defesa desses vinte e tantos mil estudantes, que da noite para o dia viram desfeito seu mais justo e sublime sonho, o de poder estudar para em futuro não muito remoto melhor poder servir à sua querida Pátria e ter condições de proporcionar um futuro sorridente à sua prole.

Há, ainda, um pormenor a ser considerado. Em carta que acabo de receber, diz um dos universitários que o mesmo conceituado jornal paulistano, a Folha de São Paulo, nessas citadas reportagens relatava protestos de estudantes que entendiam terem sido agraciados com Bolsas Reembolsáveis universitários de grandes recursos.

Evidentemente, se irregularidades foram registradas, espera-se o pronto corretivo governamental.

Em nome desses 21.600 estudantes, aproximadamente, que não lograram receber o decantado auxílio do Estado de São Paulo, levanto minha voz para interceder junto às mui dignas autoridades de nosso Estado a fim de pedir que seja feita uma reapreciação do problema.

Recursos não faltam à Caixa Econômica do Estado de São Paulo. Com justiça e boa vontade muitos outros universitários poderão ser ainda contemplados. Há milhares deles que trancaram suas matrículas por carência absoluta de meios para estudar. É triste demais para ser verdade!

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, aqui fica meu apelo ao Governo do Estado de São Paulo e, em particular, à competente direção da Caixa Econômica.

É o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (ARENA — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

De há longa data venho mantendo uma tenaz e permanente luta para fazer de Miracema do Norte o pólo pioneiro de progresso de toda a região do norte de Goiás, voltar à condição de um dos pólos do programa POLAMAZÔNIA, decretado pelo Governo Federal.

Infelizmente, Sr. Presidente, forças estranhas têm impedido que se cumpra aquilo que está no papel, porque Miracema do Norte na realidade foi nomeada como um dos pólos do Pólo Araguaia Tocantins, o pólo número 3 da programação que, em boa hora, o Governo Federal lançou com a denominação de POLAMAZÔNIA.

Agora, Sr. Presidente, recebo ofício do Prefeito de Miracema do Norte, onde ele me pede para interceder junto à CELG do meu Estado — a Secretaria de Minas e Energia para que volte à condição de

sede de distrito de distribuição de energia elétrica no norte do Estado, o grande município, a grande e bela cidade do médio norte goiano.

É que instalaram ali um distrito de distribuição da CELG e agora, a pedido de certos políticos, com interferência até mesmo daqueles que receberam a condição de uma votação expressiva nessas últimas eleições, transferiram esse pólo para Araguaína.

Acho conveniente, Sr. Presidente, que se criem distritos de distribuição por todas as cidades-pólo do norte de Goiás porque temos necessidade, temos carência de energia elétrica, o que se constitui no nosso maior problema ali. Mas não é necessário que se tire um distrito sediado num desses pólos e o transfira para outro; não é necessário descobrir um santo para vestir o outro. Temos condições e necessitamos; temos estrutura para abrigar tantos pólos quantos queira a CELG criar.

Assim registro meu apelo, desta tribuna mais alta do País, ao Dr. Aírton Barbalho, Presidente da CELG, e ao Dr. Renê Pompêo de Pina, Secretário de Minas e Energia, para que façam justiça ao povo de Miracema do Norte e da região de sua área de influência, fazendo retornar o distrito de distribuição de energia para aquela cidade, sem que deixe de funcionar o distrito de distribuição de Araguaína, e sem que se criem outros distritos nos municípios pólos.

Leio, Sr. Presidente, para constar dos Anais, o ofício que me enviou o Prefeito Boanerges Moreira de Paula, bem como o ofício que ele enviou ao Secretário de Minas e Energia do meu Estado. Reitero novamente o apelo, para que S. Ex^{as} atendam àquele prefeito que representa, nesta altura, toda a opinião pública nortense.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

*DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR.
SIQUEIRA CAMPOS EM SEU DISCURSO:*

Miracema do Norte, 29 de abril de 1976

OFÍCIO Nº 057/SEC/76.

Anexo: Cópia Of Nº 052/SEC/76.

Ao Exmº Sr.

RENÊ POMPEO DE PINA

DD. Secretário para Assuntos

de Minas, Energia e Telecomunicações
do Estado de Goiás.

Senhor Secretário,

É com grande surpresa que estamos sendo colhidos com a notícia do remanejamento, pela Centrais Elétricas de Goiás S/A — CELG — do Distrito de Distribuição de Miracema do Norte para a cidade de Araguaína.

O referido Distrito está atualmente, localizado a apenas 22 kms. da usina do Sistema do Lageado, a qual serve as circunvizinhas ou próximas cidades de: Tocantínia, Porto Nacional, Pedro Afonso, Tupirama, Guaraí, Miranorte, Povoado de Barrolândia, Paraíso do Norte, Pium, Cristalândia e Gurupi, num total de 800 km de rede de distribuição, estando Miracema do Norte localizada no centro geográfico dessa extensa região.

O Sistema da Usina de Lages, que abastece Araguaína e Vanderlândia, possui apenas uns 80 km de rede, cuja conservação requer apenas a criação de uma pequena turma de manutenção, o que já foi sugerido, por intermédio de dois expedientes da Chefia do Distrito de Miracema do Norte à Direção da Centrais Elétricas de Goiás S/A.

A mudança do Distrito para aquela cidade irá ampliar, desnecessariamente, a distância do núcleo das cidades servidas pelo Sistema do Lageado, onde a incidência de defeitos, principalmente durante o período de inverno, é significativamente muito elevada, o que redundará em sensível aumento nos gastos de manutenção, quer em homem/hora, quer em combustível, mormente, estejamos

seguindo a campanha lançada pelo Governo Federal para economia de combustíveis, a fim de equilibrar nossa pauta de importações. Como exemplo citamos a cidade de Gurupi que de 300 km passará para 600 km de distância do centro de atendimento.

Além dos aspectos técnicos e econômicos, acima citados, temos um aspecto de relevância social que não podemos relegar; os funcionários que constituem o Distrito de Miracema do Norte estão praticamente radicados e integrados à nossa comunidade, são famílias que já construíram suas residências, inclusive com apoio da Prefeitura Municipal, promovendo a cessão de lotes em locais e a preços compatíveis, o que dificilmente poderá ocorrer em outras cidades onde o custo dos imóveis urbanos é superior a 300% sobre os nossos. Recentemente, inclusive, encaminhamos o Ofício Nº 052/SEC/76, propondo à CELG a doação de duas quadras de lotes urbanos, para construção da sede própria do Distrito, conforme cópia em anexo.

Embora reconhecendo que a Centrais Elétricas de Goiás S/A seja uma empresa autônoma em suas decisões, estamos remetendo as informações acima a título de colaboração, com o objetivo de preservar a boa imagem do Governo Estadual, pois estamos num ano político e decisões como esta ressoam negativamente na opinião pública, o que está ocorrendo com a transferência das Regionais do Goiasrural de Araguaína e Gurupi para o sul do Estado.

Assim sendo, recorremos ao elevado espírito de compreensão de V. Ex^a no sentido de interceder junto à Centrais Elétricas de Goiás S/A, sugerindo uma reconsideração da Presidência quanto a determinação da transferência do aludido Distrito, medida que continuará beneficiando, inegavelmente, nossa região.

Certos de contar com a positiva manifestação de V. Ex^a, valemo-nos do ensejo para externar nossos sinceros agradecimentos e renovar a segurança de nossa estima e distinta consideração.

Atenciosamente — Boanerges Moreira de Paula, Distrito Municipal — Dinarte Fernandes Maciel, Secretário.

Miracema do Norte, 30 de abril de 1976.

OFÍCIO Nº 059/SEC/76.

Anexo: Of Nº 057/SEC/76 (cópia) e seu apenso.

Ao Exmº Sr.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS

DD. Deputado Federal

Brasília — DF

Senhor Deputado,

Passamos às mãos de V. Ex^a o expediente constante do anexo, remetido nesta data ao Exmº Sr. Secretário para assuntos de Minas, Energia e Telecomunicações do Estado de Goiás, no qual ponderamos nossas considerações sobre a decisão da Centrais Elétricas de Goiás S/A referente à mudança do Distrito de Distribuição de Miracema do Norte para a cidade de Araguaína.

Longe de desmerecer a necessidade de Araguaína, somos apenas de opinião que a realidade a coloca muita aquém de nossas necessidades, o que demonstra ser mais um contrasenso do Governo Estadual, no atendimento de reivindicações de políticos locais, no caso o Exmº Sr. Senador Benedito Vicente Ferreira, prejudicando o interesse maior de várias comunidades.

Sabedores da louvável campanha que V. Ex^a vem promovendo em defesa contra o que podemos denominar de "sangria do norte" e no desejo de salvaguardar o interesse comum de nossa região, principalmente, onde Miracema se insere como pólo de desenvolvimento, recorremos ao distinto e laborioso Parlamentar solicitando a sua especial e valiosa interferência junto àquele Empresa, no sentido de que a mesma leve em consideração a realidade que mencionamos no citado documento.

Finalmente, na expectativa de uma manifestação positiva de V. Ex^a, valemo-nos da oportunidade para expressar nossos sinceros agradecimentos e renovar nossos elevados protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente, Boanerges Moreira de Paula — Prefeito Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES (MDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Na semana passada, denunciei, desta tribuna, a ameaça que pairava sobre o Pará, com a retirada da Biblioteca do IPEAN e do Laboratório de Solos.

A respeito do assunto, recebi o seguinte telegrama:

DEPUTADO JOÃO MENDES
CAMARA DOS DEPUTADOS
BRASILIA DF

NR 062/76 de 07 05 76

A proposito noticias veiculadas Imprensa VG sobre esvaziamento ex Instituto Pesquisas Agropecuárias do Norte IPEAN VG tenho grata satisfação informar Vossa Excelencia acabo distribuir Nota Oficial esclarecendo nao serem verdadeiras referidas noticias PT Ao contrario VG EMBRAPA elegeu Belem como Sede Centro Pesquisa Agropecuaria Tropico umido VG onde desenvolvera o solo programa investigacoes VG aproveitando VG basicamente VG experiencia VG tradicao ET acervo ex IPEAN PT EMBRAPA investira VG este ano VG 85,5 milhoes cruzeiros em toda Amazonia ET 33,5 milhoes cruzeiros VG especificamente VG no Parah PT Programa da empresa inclui fortalecimento atividades Biblioteca VG Laboratorio Solos ET Treinamento Corpo Tecnico unidade sediada Belem VG nao sendo verdadeira VG portanto VG qualquer medida sobre transferencia PT ATS SDS Irineu Cabral Presidente EMBRAPA

Sr. Presidente, esperamos que isso tudo se torne, de fato, realidade. Achamos de nosso dever, levar ao conhecimento da Casa o teor deste telegrama. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Alberto Oliveira.

O SR. CARLOS ALBERTO OLIVEIRA (ARENA — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Com tantas lutas que este Parlamento tem tido, bem como as bancadas nordestinas, nesta Casa, verificamos, mais uma vez, que o problema da seca volta a se repetir, com grande intensidade, no Nordeste brasileiro.

Não basta a declaração de que o fenômeno está sob controle, pois é um controle emergencial, que não resolve, de maneira alguma, aquele velho problema que tem assolado a Região, trazendo as maiores calamidades e sofrimento ao povo nordestino.

Aqui nesta Casa, e ainda no Senado da República, os Parlamentares do Nordeste, através de comissões de estudo, através da Comissão do Polígono das Secas, têm proposto soluções que, até agora, não foram atendidas em relação àquele fenômeno.

Isto significa que a nossa participação, o nosso trabalho, tem sido permanente, tem sido freqüente, na defesa do solo nordestino, muito embora haja um descompasso entre o trabalho parlamentar dos representantes daquele povo com o órgão do Poder Executivo brasileiro, que tem, durante toda a História, durante todas as repúblicas que se sucederam, neste País, relegado o fenômeno das secas que atinge a uma população de 30 milhões de habitantes que lá vivem, a segundo plano.

Ontem, em Pernambuco, criticava-se a posição da Bancada Federal do Estado, nesta Casa, com relação ao problema. O Líder do Sertão, um grande Líder, o eminente Deputado Felipe Coelho, acusa-

va a Bancada de Pernambuco de omissa. S. Ex^a se engana. A Bancada de Pernambuco sempre esteve presente. Talvez seja a angústia e o sofrimento por que passa aquele povo, que leva o Deputado Felipe Coelho a acusações e a um conceito dessa ordem, quanto à sua Bancada Federal aqui na Câmara e no Senado.

Nós sempre estivemos presentes, através de estudos e através do trabalho, através de soluções, presentes ao Conselho da SUDENE para reivindicar uma posição mais firme, um trabalho mais sereno, mais profícuo e mais definitivo sobre o problema das secas do Nordeste.

Novamente, apelamos ao Superintendente da SUDENE, ao Sr. Ministro do Interior que tomem, de agora por diante, um estudo e um trabalho mais profícuo, mais sereno e mais contundente, para que essa seca, esse fenômeno, não volte a se repetir no Nordeste brasileiro.

Sr. Presidente, este ano, em Pernambuco, em várias Regiões do Nordeste, tivemos duas secas: uma em janeiro, que desimou toda a nossa economia. E quando as populações se preparavam para um novo inverno, volta a nova calamidade das secas, com muito mais gravidade, com muito mais intensidade do que o anterior.

Daqui, nesta hora, renovo o meu apelo às autoridades competentes para que, realmente, levem a sério o problema da seca, e encontrem uma solução para o Nordeste brasileiro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Octacílio Queiroz.

O SR. OCTACÍLIO QUEIROZ (MDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Venho reeditar a velha melopéia do Nordeste, a estória triste das secas, problema abordado hoje e em dias anteriores, por vários ilustres representantes do Nordeste, nesta Casa, inclusive o modesto orador que ora fala a este Plenário.

Agora, recebo comunicação de Campina Grande deveras alarmante. O próprio Açude de Bodocongó, junto àquela cidade que é alimentador da indústria local, está prestes a secar e, secando será uma ameaça inqualificável para a indústria daquela região.

E não é só isso, Sr. Presidente, a seca se tornou realidade em quase toda a Paraíba. Os proprietários rurais de todas as regiões denunciam a presença do flagelo que é costumeiro, da seca, sem folhas, sem verde, sem clorofila, mas é também o flagelo da seca verde que é pior, talvez, porque além de arrasar a flora, a natureza, está liquidando o trabalho, o capital e o esforço daquela gente dos sertões do Nordeste, em particular da Paraíba.

Em Curimatá, na Paraíba, a situação está sendo considerada por demais crítica, os Sindicatos rurais estão enviando apelos às autoridades, memoriais aos Governadores do Estado e na opinião de todos eles o ano está de todo perdido.

Transmito à Taquigrafia, com a devida licença de V. Ex^a a reportagem do *Diário da Borborema*, em que se denuncia a fome e a sede na região do Curimatá.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. OCTACÍLIO QUEIROZ EM SEU DISCURSO:

“FOME E SEDE NO CURIMATÁ”

A seca já é uma realidade que atormenta todo Estado. A utilização de aviões na formação de chuvas artificiais, através do bombardeio das nuvens com nitrato de prata — poderá ser uma das medidas adotadas pela Secretaria da Agricultura para socorrer as regiões mais atingidas pela longa estiagem. A vinda dos aparelhos deve ser confirmada ainda esta semana.

Enquanto isso, mesmo com a determinação do Governador Ivan Bichara Sobreira, no sentido de que todas as providências sejam tomadas para evitar consequências desagradáveis para os agricultores, não foi ainda acionada a Comissão de Defesa Civil da Paraíba.

Proprietários rurais de todas as regiões do Estado já denunciam a presença do flagelo da seca, em algumas áreas com maior intensidade do que em Estados vizinhos, onde todos os organismos do Governo já ajudam os flagelados.

No Curimataú, a situação já é crítica e tornar-se-á pior se não forem tomadas medidas sérias e urgentes por parte das autoridades competentes.

Habitantes do sertão, brejo e cariri paraibanos, ouvidos ontem pelo *Diário da Borborema*, confirmaram o perigo da seca!

Sindicatos movimentam-se

Diversos sindicatos rurais, cujos sócios há vários dias estão sem emprego e suas famílias ameaçadas pelo suplício da fome, já movimentam-se junto às autoridades, alertando-as e pedindo ajuda ou apresentando sugestões para a problemática.

O Senhor Luiz Gonzaga Rodrigues, Presidente do Sindicato Rural de Cuité, ontem enviou ao Governador Ivan Bichara, um memorial no qual retrata a situação real do Curimataú.

O Memorial representa o pensamento dos que fazem o Sindicato e diz o seguinte:

Senhor Governador:

“Ao iniciar o mês de abril, com as notícias de seca nos Estados de Pernambuco, Bahia, Minas e Piauí, o homem do campo de nossa região, e porque não dizer, do nosso Estado, passou a sentir o medo de um novo 1970. Mas, como o inverno no Curimataú firma-se no mês de abril, existia no meio rural, a esperança de que o fantasma da seca ficasse apenas nos noticiários de jornais, rádios e televisão. No entanto, o mês de abril passou e as chuvas esperadas não chegaram.

Com a chegada do mês de maio, todas as esperanças de um inverno proveitoso se findaram. Os céus se apresentam limpos, sem as costumeiras nuvens que indicam chuvas, confirmando-se que uma grande estiagem tem o seu início.

Os açudes com um resto d'água do inverno passado. O pasto que começara a nascer, já está desaparecendo. As lavouras secando à falta d'água. O gado já começa a sentir fome e sede. E o pior de tudo, é o prenúncio de uma grande fome no meio rural, em vista da negação da safra prevista para o corrente ano.

Sempre ocorre o mesmo fenômeno nos anos secos devido a pequena colheita de cereais feita no ano anterior, motivada pela pequena densidade pluviométrica, o que sempre indica que o próximo ano será pior ainda.

São centenas de famílias a esta hora, que já sentem a falta de alimentos. Muitos já estão fazendo apenas uma refeição por dia, devido ao pouco dinheiro que conseguem durante a semana de trabalho, e devido ao alto custo dos alimentos no mercado.

Mais 15 dias, o retrato será pior se não forem tomadas medidas sérias e urgentes por parte das autoridades competentes.

Fala-se que foram abertas frentes de trabalho nos Estados atingidos pela estiagem. Acredito serem as mesmas, apenas um paliativo, pois as tais criam mais um problema de ordem social.

Para tanto vejamos:

1º Com a deslocação do chefe de família para ir trabalhar nas Frentes de Trabalho, muitas vezes até a 70 km de distância de sua moradia, fato este verificado na seca de 1970, deixam em completo abandono, à mercê da própria sorte, sua mulher e seus filhos quase todos, crianças de um a dez anos, sem nada para comer e sem ter onde arranjar.

2º Devido a distância em que vai o pobre homem do campo arranjar um pouco do pouco salário que espera receber, quando regressa à sua casa, depois de 15 dias de trabalhos, quase nada consegue trazer para alimentar os seus filhos e a sua mulher, em vista dos altos preços que pagou para adquirir os referidos alimentos, tirando ainda o que usou durante a semana para o seu sustento.

3º Muitas e muitas vezes, a distância percorrida entre a sua casa e a Frente de Trabalho, sempre é realizada a pé, no que vem a reduzir por completo a saúde e o vigor físico do pobre homem do cam-

po, motivado pelo pouco que recebe, e pelo muito que emprega, não sobrando nem um trocado para pagar uma passagem de carro.

4º Um outro problema que surge com as Frentes de Trabalho, são os vícios de moleza, canseira, que os trabalhadores aprendem, devido a simples presença no trabalho, com a finalidade de atravessar o período de estiagem, fazendo com que, ao retornarem às suas moradas, a fim de trabalhar no outro inverno, acham que ainda se encontram nas frentes de serviços, e não querem dar sua parcela de colaboração nos trabalhos das propriedades, não fazendo jus ao salário pago pelo seu serviço.

No entanto, Senhor Governador, existem outros meios para se enfrentar a estiagem, sem necessidade de se criar outras frentes de Trabalho, como as feitas em 1970.

Porque não se estudar um meio, para que os trabalhadores e moradores permaneçam no seu próprio ambiente, ou melhor, na propriedade em que o mesmo se encontra morando e trabalhando, sem haver a que as mesmas tenham nenhum benefício trará, e que somente irá onerar os cofres públicos?

Por que não colocar em ação, algo que venha atingir o verdadeiro objetivo que se espera das Frentes de Trabalho?

Peço permissão a V. Ex^a, como homem do campo e conhecedor do problema, sem nenhum interesse político ou partidário para sugerir as seguintes medidas, que tenho certeza, que se forem postos em prática, atingirá todos os objetivos:

a) que seja criado um Crédito Especial de Emergência a Fundos Perdidos, para ser emprestado aos proprietários a longo prazo e sem juros, com carência de três anos, a fim de que os mesmos possam manter em suas propriedades, os trabalhadores ou moradores, sem retirá-los para as Frentes de Trabalho, ficando com os mesmos em suas propriedades, construindo açudes, barragens e barreiras, recuperando os campos de cultura permanentes como sisal, algodão, palma, forrageira, cana etc., fazendo recuperação dos cercados, preparando novas áreas para criação de novas culturas e outros trabalhos que aparcerem;

b) que tais créditos sejam orientados e fiscalizados por órgão do Governo;

c) que seja criado em sedes dos municípios atingidos pela estiagem, Postos da COBAL, a fim de que os trabalhadores possam adquirir a preços mínimos, os produtos alimentícios, evitando, assim, comprar a peso de ouro, a determinados elementos que têm unicamente a finalidade de explorar o pobre e sofrido homem do campo;

d) que seja solicitado do Banco Central a prorrogação de todos os débitos vencíveis no corrente ano, como também os do primeiro semestre do próximo ano, para 1978, a fim de que os proprietários possam se recuperar e ter condições de efetuar os seus devidos pagamentos.

Creio, Senhor Governador, serem estas as medidas que produzirão os efeitos desejados.

Não será preciso o Governo ficar com tamanha preocupação com as Frentes de Trabalho, se os responsáveis serão os próprios proprietários. O que se necessita é uma fiscalização por parte dos órgãos competentes.

VEREADORES PREOCUPADOS COM A SECA

Na sessão de ontem da Câmara de Vereadores, Rildo Fernandes (MDB), fez um pronunciamento denunciando os perigos da seca, requerendo providências urgentes das autoridades numa união de esforços para que sejam amenizados os sofrimentos dos habitantes da zona rural.

Genésio Soares, da Bancada da ARENA, apresentou requerimento solicitando que a “Casa” se dirigisse em caráter de urgência ao Governador Ivan Bichara, a fim de que sejam tomadas medidas visando acudir a população interiorana, onde o sofrimento há vários dias é uma constante.

Justificou seu requerimento dizendo que a situação é calamitosa e se as medidas não chegarem a tempo tornar-se-á insuportável.

Mais uma vez a seca

Rildo Fernandes, em determinado trecho do seu discurso, disse o seguinte:

Começam as peripetias de nossas populações interioranas. Famílias inteiras deixam o seu ambiente e deslocam-se sem destino, sem objetivo definido.

A estiagem prolongada começa por atacar os animais irracionais e, logo após, voltar-se-á contra o homem. O drama da seca no Nordeste, vem de muito longe e há farta literatura a seu respeito.

A implantação da SUDENE significou um passo à frente no sentido de dimensionar e racionalizar as providências, visando uma solução duradoura ou definitiva para a questão da estiagem, no Nordeste.

A coisa já está adquirindo feição de calamidade pública e, a exemplos de outra unidade de nossa federação, onde já foram abertas frentes de trabalho pelas autoridades estaduais e federais, devemos ir nos preparando para não sermos surpreendidos por um longo e penoso período de seca, sem contarmos, para enfrentá-lo, com os meios necessários à sua conjuração.

Temos lido através da imprensa regional que a situação está-se agravando e que vem crescendo o número de pessoas atingidas pela calamidade climática.

Somos de opinião de que não devemos ficar calados e a espera da generalização do mal, porque se assim procedermos estaremos contribuindo para sua propagação. E não pode ser esta a posição de quem detém alguma parcela de responsabilidade direta com os negócios públicos.

Poder Executivo, Poder Legislativo, classes produtoras e classes trabalhadoras devem-se unir com a finalidade de levar ao conhecimento de todas as autoridades do País, especialmente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, do perigo que pesa sobre nossa região nordestina.

A situação na área interiorana da região do Nordeste é de total expectativa, pois os habitantes do interior ficam à espera de medidas governamentais que venham socorrê-los da estiagem que só traz fome, desajustamentos sociais e sofrimentos.

Alertamos às nossas autoridades municipais, estaduais e federais, da funesta consequência de uma seca generalizada em todo o Nordeste.

Devemos adverti-las de que suas medidas deverão chegar primeiro do que as consequências da seca, pois assim elas serão muito mais eficazes.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Morimoto.

O SR. ANTÔNIO MORIMOTO (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: a Universidade de Brasília terá, a partir do próximo dia 25, na pessoa do Professor José Carlos de Almeida Azevedo, seu novo Reitor.

O *curriculum vitae* do Magnífico Reitor, Sr. Presidente, dá mostras sobejas de que sua escolha, feita recentemente pelo Senhor Presidente da República, após consulta ao Ministro da Educação e Cultura, foi das mais felizes e oportunas.

Nascido em Salvador, Bahia, em 1932, após cumprir todos os pré-requisitos regulares, ingressou na Escola Naval em 1950. Hoje, é Oficial da Reserva de nossa Armada após 21 anos de serviço, honrando a patente de Capitão-de-Mar-e-Guerra. De tal forma brilhou o Professor Almeida Azevedo nos cursos que cumpriu na Escola Naval, Srs. Congressistas, que, pouco depois de concluídos todos eles, foi enviado para o "Massachusetts Institute of Technology" — M.I.T., onde se graduou em Física, Engenharia Nuclear, Arquitetura e Engenharia Naval.

Nesse mesmo alto Instituto científico de fama mundial, o Professor José Carlos de Almeida Azevedo foi aprovado, em 1963, no exame para Doutorado no Departamento de Física. Tendo obtido o grau de Doutor em 1965, regressou imediatamente ao Brasil, e assumiu a Vice-Diretoria do Instituto de Pesquisas da

Marinha, cargo que exerceu até quando assumiu a Vice-Reitoria da mesma Universidade, da qual agora foi nomeado Reitor. Em 1971, em virtude do afastamento do titular da Reitoria, assumiu temporariamente a Reitoria da UnB.

Membro do Conselho Técnico da "Fundação Milton Campos de Estudos Políticos" e Membro do Conselho Diretor do "Centro Brasileiro de Informática Jurídica", o Reitor Designado da Universidade de Brasília lecionou várias disciplinas nesse alto Instituto de estudos, onde também orientou teses de Mestrado e fez parte de bancas examinadoras para Mestrado e Doutorado.

Publicou, ainda, o Prof. José Carlos de Almeida Azevedo vários trabalhos, entre os quais o livro *Mecânica Clássica*, e muitos textos de ordenamento da UnB, entre eles o Estatuto e o Regimento Interno da Universidade, de que agora vai ser Magnífico Reitor. Entre as muitas condecorações que recebeu, Srs. Congressistas, contam-se as medalhas de Membro da "Ordem do Mérito Naval", da "Ordem do Mérito Almirante Tamandaré", da "Ordem do Rio Branco" e da "Ordem do Mérito Santos Dumont".

Quero, pois, congratular-me com a Congregação dos Professores e com o corpo de alunos da Universidade de Brasília, Sr. Presidente, pela feliz escolha do seu Reitor, ao mesmo tempo em que auguro ao Professor José Carlos de Almeida Azevedo uma feliz e profícua gestão à frente de tão importante Instituto de estudos, cargo para o qual está mais do que qualificado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está encerrado o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Através da Mensagem nº 42, de 1976-CN, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso o texto do Decreto-lei nº 1.461.

Com vistas à leitura da matéria, convoco sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas e 30 minutos, neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Foram encaminhadas à Presidência as Propostas de Emenda à Constituição, nºs 15, 16 e 17, de 1976, que versam matéria conexa com a de propostas com tramitação já iniciada.

Esta Presidência, nos termos e para os fins do disposto no § 5º do Artigo 125 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, segundo subsidiário do Regimento Comum, após a leitura das referidas propostas, irá encaminhá-las à Comissão Mista competente, anteriormente designada.

O Sr. Primeiro-Secretário irá proceder à leitura das Propostas de Emenda à Constituição nºs 15, 16 e 17, de 1976, que serão anexadas às de nºs 2, 3, 5 e 10, de 1976:

São lidas as seguintes

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 1976

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 148 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. único. O art. 104 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 104. O servidor público federal, estadual ou municipal, da administração direta e indireta, exercerá o mandato eletivo obedecendo as disposições deste artigo.

§ 1º Em se tratando de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

§ 2º Investido no mandato de Prefeito Municipal, será afastado de seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

§ 3º Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo dos subsídios a que faz jus. Não havendo compatibilidade, aplicar-se-á a norma prevista no parágrafo 1º deste artigo.

§ 4º Em qualquer caso em que lhe seja exigido o afastamento para o exercício do mandato, o seu tempo de serviço será contado apenas para efeito de promoção por antiguidade e aposentadoria.

§ 5º É vedado ao Vereador, no âmbito da administração pública direta ou indireta municipal, ocupar cargo em comissão ou aceitar, salvo mediante concurso público, emprego ou função.

Justificação

A presente proposta de emenda constitucional, fruto de um estudo conjunto dos autores das Propostas nºs 2 e 5, de 1976, objetiva dar nova disposição ao artigo 104 de nossa Carta Magna, disciplinando e prevendo todas as hipóteses para o exercício do mandato eletivo pelo funcionário público.

Sala das Comissões em de de 1976. — Nelson Marchezan — Josias Leite — Vingt Rosado — Cardoso de Almeida — Jonas Carlos — Carlos Alberto Oliveira — José Alves — Dib Cherem — Darcílio Ayres — Antônio Gomes — Humberto Souto (apoio) — Parente Frota — Moacyr Dalla — Furtado Leite — Ossian Araripe — Mauro Sampaio — Arlindo Kunzler — Florim Coutinho — Celso Carvalho — Leur Lomanto — Wilson Falcão — Ney Lopes — Rogério Rêgo — Nosser Almeida — Gastão Müller — Jorge Ueque — Antônio Carlos — Airton Soares — Marcos Tito — Sérgio Murilo — Getúlio Dias — Gamaliel Galvão — José Mandelli — Octacílio Queiroz — Celso Barros — Arnaldo Lafayette — Ricardo Fiúza — Ibrahim Abi-Ackel — Navarro Vieira — Adriano Valente — Viana Neto — Antonio Florêncio — José Maurício — Walter Silva — Nabor Júnior — Henrique Cardoso — Ruy Lino — Jerônimo Santana — Hermes Macedo (apoio) — Osvaldo Buskei — Guaçu Piteri — Antônio José — Gomes da Silva — Horácio Matos — Raimundo Parente — Norton Macedo — Ary Kffuri — Edgar Martins — Hélio de Almeida — Tarcísio Delgado — Osvaldo Lima — Odacir Klein — Rosa Flores — Eloy Lenzi — João Gilberto — Carlos Wilson — Pinheiro Machado — Jorge Arbage — Batista Miranda — Antônio Mariz — Ruy Codo — Teotônio Neto — Francisco Rollemberg — Nina Ribeiro — Álvaro Dias — Octacílio Almeida — Otávio Ceccato — Francisco Rocha — Genervino Fonseca — Gomes do Amaral — Antônio Moraes — Walber Guimarães — Iturival Nascimento — Noide Cerqueira — Wilson Braga — Antonio Bresolin — Yasunori Kunigo — José Maria de Carvalho — Adalberto Camargo — Aldo Fagundes — Fernando Cunha — Cunha Bueno — Cantídio Sampaio — Ernesto de Marco — Francisco Libardoni — Angelino Rosa — Januário Feitosa — Jaison Barreto — Emmanouel Walsmann — Vasco Neto — Erasmo Martins Pedro — Ubaldo Corrêa — Magno Bacelar — Humberto Lucena — Claudino Sales — José Carlos Teixeira — Figueiredo Correia — Jader Barbalho — Pacheco Chaves — Padre Nobre — Ulisses Potiguar — Hélio Campos — Santos Filho — Ivahir Garcia — João Pedro — Gabriel Hermes — Alcir Pimenta — Harry Sauer — Paulo Marques — Amaral Furlan — Edison Bonna — Alacid Nunes — Joel Ferreira — Carlos Cotta — Gerson Camata — Walter de Castro — Lomanto Júnior — Joel Lima — Pedro Lauro — Antônio Annibelli — Israel Dias-Novais — Paulino Cícero — Siqueira Campos — Luis Rocha — Aluizio Paraguassu — José Ribamar Machado.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, DE 1976

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 49 da Constituição, a seguinte Emenda:

Art. único. O § 1º do art. 104 da Constituição, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º O período do exercício de mandato federal ou estadual será contado como tempo de serviço para efeito de promoção por antiguidade e aposentadoria, sem prejuízo, neste último caso, das vantagens do cargo.”

Justificação

O parágrafo 1º do art. 104 da Constituição retirou do Funcionário público investido de mandato eletivo federal ou estadual o direito de aposentar-se com as vantagens do cargo, subtraindo-lhe, inclusive, os adicionais por tempo de serviço durante o período em que esteve no exercício do mandato parlamentar.

Esse fato não se justifica na época atual, quando já se conta até o tempo de serviço nas empresas privadas para efeito de aposentadoria no serviço público, no qual o mandato eletivo federal ou estadual é hoje relegado a um segundo plano.

Afinal de contas o Congresso Nacional desempenha uma importante missão na vida do País e seus Membros não devam sofrer essa restrição.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1976. — João Alves — Nosser Almeida — Raul Bernardo — Luiz Braz — Cid Furtado — Aderbal Jurema — Oswaldo Zanello — Adhemar Ghisi — Manoel Novaes — Vingt Rosado — José Haddad — Teobaldo Barbosa — João Castelo — Vicente Vuolo — Eurico Ribeiro — Francisco Rollemberg — Ademar Pereira — Geraldo Bulhões — Edison Bonna — Alberto Hoffmann — Celso Carvalho — Hugo Napoleão — Octacílio Almeida — Gastão Müller — Nunes Leal — Inocêncio Oliveira — Gabriel Hermes — Marcelo Linhares — Viana Netto — João Linhares — Onísio Ludovico — Raimundo Parente — José Ribamar Machado — Wilson Braga — Diogo Nomura — Melo Freire — Adriano Valente — João Climaco — Carlos Alberto Oliveira — Josias Leite — Célio Marques Fernandes — Dasso Coimbra — Lauro Leitão — Navarro Vieira — Ubaldo Corrêa — Homero Santos — Antônio Gomes — Gerson Camata — Theódulo Albuquerque — Wilmar Dallanhol — Paulino Cícero — Darcílio Ayres — Nina Ribeiro — Januário Feitosa — Jorge Arbage — Siqueira Campos — Geraldo Guedes — Ricardo Fiúza — Ferraz Egreja — Raymundo Diniz — Murilo Rezende — Passos Porto — Ruy Bacelar — Ney Lopes — Gonzaga Vasconcelos — Vasco Neto — Nereu Guidi — Angelino Rosa — Ary Valadão — Nogueira de Rezende — Parente Frota (apoio) — Carlos Wilson — Nunes Rocha — Newton Barreira — Claudino Sales — Vieira Lima — Rafael Faraco — Cleverton Teixeira — Rogério Rêgo — Ernesto Valente — Jairo Magalhães — Osmar Leitão — Sinval Boaventura (apoio) — Hermes Macedo (apoio) — Francisco Bilac Pinto — Igo Losso — Paulo Studart — Sylvio Venturilli — Mário Mondino — Pedro Colin — Geraldo Freire — Blota Júnior — Agostinho Rodrigues — Fernando Magalhães — Álvaro Gaudêncio — Maurício Leite — Álvaro Valle — Furtado Leite — Antônio Bresolin — Olivir Gabardo — Alberto Lavinas — Noide Cerqueira — Ário Theodoro — José Mandelli — Ruy Codo — Ernesto de Marco — Walber Guimarães — Antônio José — Mário Moreira — Rosa Flores — Adhemar Santillo — Genervino Fonseca — Iturival Nascimento — Fernando Coelho — Padre Nobre — Osvaldo Lima — Peixoto Filho — Milton Steinbruch — Tarcísio Delgado — Walmor de Luca — Antônio Pontes — Athiê Coury — Juarez Bernardes — Juarez Batista — Argilano Dario — Francisco Studart — Fernando Gama — Hélio de Almeida — Expedito Zanotti — Ruy Lino — Antônio Annibelli — Epitácio Cafeteira — Alceu Collares — Gamaliel Galvão — Erasmo Martins Pedro — Humberto Lucena — Dias Menezes — Paes de Andrade — Henrique Cardoso — Daniel Silva — Santilli Sobrinho — Gomes do Amaral — Odacyr Klein — Francisco Rocha — Álvaro Dias — Otávio Ceccato — Joaquim Bevilacqua — Roberto Carvalho — Carlos Cotta — Pedro Lucena — Arnaldo Lafayette — Cotta Barbosa.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, DE 1976

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam a seguinte alteração ao texto constitucional:

Artigo único. Dê-se a seguinte redação ao parágrafo primeiro do Art. 104, da Constituição Federal:

Art. 104

§ 1º Em qualquer caso em que lhe seja exigido o afastamento para o exercício do mandato, o seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

Justificação

A presente proposta visa corrigir uma distorção há muito verificada quando da investidura em mandato eletivo pelo funcionário público. Ora, qualquer servidor tem direito aos quinquênios pelo efetivo exercício e não só quando no exercício de suas próprias funções (cargo efetivo), mas, também quando em diversos afastamentos permitidos por lei, lhe é computado o tempo prestado para todos os efeitos. Não podemos entender a exceção que se faz para o afastamento em virtude de mandato eletivo, razão porque apresentamos a presente proposta que deverá ser compatibilizada com a anteriormente apresentada em conjunto pelo signatário desta e o Deputado Nelson Marchezam.

Sala das Sessões, 11 de maio de 1976. — Josias Leite — Cantídio Sampaio — Marcelo Linhares — Rubem Dourado — Furtado Leite — Joaquim Coutinho — Hugo Napoleão — Olivir Gabardo — Freitas Nobre — José Ribamar Machado — Oswaldo Lima — Brígido Tinoco — Arnaldo Lafayette — Epitácio Cafeteira — Ruy Codo — Adalberto Camargo — Cotta Barbosa — Jaison Barreto — Antônio Pontes — Alcir Pimenta — Antônio Bresolin — Antônio Gomes — Alexandre Machado — Alcides Franciscato — José Haddad — Ulisses Potiguar — Jonas Carlos — Nina Ribeiro — Siqueira Campos — Nabor Júnior — Fábio Fonseca — Gamaliel Galvão — Magnus Guimarães — Maurício Leite — Pedro Lucena — Octacílio Queiroz — Jorge Arbage — Alípio Carvalho — Theobaldo Barbosa — Hildérico Oliveira — Aluizio Paraguassú — Ernesto de Marco — José Thomé — Tarcísio Delgado — Joaquim Bevilacqua — João Cunha — JG de Araújo Jorge — Nunes Rocha — Rosa Flores — Nasser Almeida — Antônio Florêncio — Lidovino Fanton — Joel Lima — Menandro Minahim — Geraldo Guedes — Florim Coutinho — Luiz Henrique — Francisco Libardoni — Paulo Marques — Juarez Bernardes — Milton Steinbruch — Daso Coimbra — Alceu Collares — Celso Barros — Ibrahim Abi-Ackel — Pedro Lauro — Henrique Brito — Fernando Coelho — Wilmar Pontes — Paes de Andrade — João Clímaco — Eduardo Galil — Henrique Cardoso — Antônio José — Jorge Ferraz — Angelino Rosa — Nereu Guidi — Jader Barbalho — José Alves — Onísio Ludovico — Agostinho Rodrigues — Jairo Brum — José Carlos Teixeira — Viana Neto — Cid Furtado — Mário Mondino — Hélio Campos — Odacir Klein — Walmar de Luca — Alencar Furtado — Adhemar Santillo — Pinheiro Machado — Jarbas Vasconcelos — Raimundo Parente — Paulino Cícero — Mauro Sampaio — Henrique Pretti — Fernando Cunha — Fernando Lya — Joel Ferreira — Aderbal Jurema — Israel Dias-Novais — Gabriel Hermes — Fernando Magalhães — Eurico Ribeiro — Manoel Novais — Dias Menezes — Wilson Falcão — Juvêncio Dias — Humberto Lucena — Marcus Tito — Juarez Batista — Silvio Abreu Jr. — Vasco Neto — Sylvio Venturolli — Alair Ferreira — Henrique Córdova — Ary Kffuri — Rômulo Galvão — Lincoln Grillo — Minoru Miyamoto — Ademar Pereira — Ruy Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 1975, que dá nova redação ao art. 184 da Constituição, tendo

PARECER, sob nº 23, de 1976-CN, da Comissão Mista, contrário, com voto vencido, em separado, do Deputado Inocêncio de Oliveira e voto vencido dos Deputados Daso Coimbra, Maurício Leite, Henrique Brito e Onísio Ludovico.

Em votação a proposta.

O Sr. Henrique Brito (ARENA — BA) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Henrique Brito, para encaminhar a votação.

O SR. HENRIQUE BRITO (ARENA — BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Uso da palavra para encaminhar a Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 1975, e ler alguns considerandos da justificação.

“Art. 184:

Parágrafo único. Se o Presidente da República, em razão do exercício do cargo, for atacado de moléstia que o inabilite para o desempenho de suas funções, as despesas de tratamento médico-hospitalar correrão por conta da União.”

Firmados nessas disposições, os Estados estenderam a regra a seus ex-Governadores, a seus ex-Chefes do Poder Executivo Estadual, mas se omitiram quanto aos ex-Chefes dos Executivos Municipais.

O subsídio vitalício assegurado no art. 184, dirige-se ao ex-Chefe do Poder Executivo Federal.”

Sr. Presidente, quero também trazer à consideração dos Srs. Congressistas que ainda:

É dever do Estado, como um todo, assegurar ao cidadão representante, cujos serviços à comunidade resultaram da livre escolha do povo, ou da confiança dos governantes, um mínimo de condições econômicas que lhe permitam manter-se adequadamente no meio da coletividade que dirigiram. Todo e qualquer assalariado, no Brasil, merece proteção legal. Não são raros os casos de antigos Prefeitos, sabidamente pobres, que se vêm, já envelhecidos, presos até mesmo da miséria. A emenda busca prevenir esta situação e, evitando favoritismo, só dá os subsídios a quem realmente deles necessita.

Manifestados os fundamentos desta iniciativa, confiamos venha ela ser acolhida pelos integrantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, numa atitude de justiça aos nossos ex-Prefeitos Municipais.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero, neste instante, mais uma vez, agradecer aos Srs. Congressistas, àqueles que ontem se encontraram presentes. Cento e vinte e oito Srs. Congressistas votaram favoravelmente à emenda em auxílio ao ex-prefeito pobre; dois votaram contrariamente, e dezessete se abstiveram de votar.

Hoje, Sr. Presidente, vejo o plenário mais repleto. Vejo que está havendo uma concordância de todos os Srs. Congressistas em dar o seu voto em prol da emenda em benefício do ex-prefeito pobre.

Gostaria, Sr. Presidente, de agradecer a presença nesta Casa de mais de uma centena de prefeitos do interior do Brasil, que aqui se encontram e vieram, com suas presenças, verificar aqueles seus representantes que votarão favoravelmente às suas legítimas reivindicações.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, são esses os nossos votos e esperamos que o Congresso unido, todos, enfim, deixem essa bênção do céu, votando em favor de quem realmente necessita e precisa.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Vai-se proceder à votação da proposta.

Convido os Srs. Deputados Henrique Eduardo Alves e Pinheiro Machado a fim de procederem à chamada na Câmara dos Deputados, que será feita do Norte para o Sul, sendo os líderes chamados em primeiro lugar. (Pausa.)

Os Srs. Líderes já podem votar.

(*Procede-se à chamada.*)

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. DEPUTADOS:

Laerte Vieira — Líder do MDB

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Juvêncio Dias — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Magno Bacelar — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Hugo Napoleão — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Claudino Sales — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Furtado Leite — ARENA; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Fernando Lyra — MDB; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Josias Leite — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Noide Cerqueira — MDB; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Daniel Silva — MDB; Daso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Hélio de Almeida — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Moura — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Mauricio — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Altair Chagas — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvío Abreu Júnior — MDB; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Ailton Soares — MDB; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Blota Junior — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Guaçu Piteri — MDB; Israel Dias-Novaes — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Elcival Caiado — ARENA; Helio Levy — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Benedito Canellas — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA.

Paraná

Alencar Furtado — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Cleversson Teixeira — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB.

Santa Catarina

Ernesto de Marco — MDB; Jaison Barreto — MDB; José Thomé — MDB; Nereu Guidi — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — MDB; Antonio Bresolin — MDB; Carlos Santos — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães —

MDB; Mário Mondino — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "NÃO" OS SRS. DEPUTADOS:

José Alves — Líder da ARENA

Pará

Gabriel Hermes — ARENA; Newton Barreira — ARENA.

Piauí

João Clímaco — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA.

Ceará

Marcelos Linhares — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Minas Gerais

José Bonifácio — ARENA.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Iturival Nascimento — MDB; Juarez Bernardes — MDB.

Mato Grosso

Walter de Castro — MDB.

Santa Catarina

Luiz Henrique — MDB.

RESPONDEM À CHAMADA E ABASTÊM-SE DE VOTAR OS SRS. DEPUTADOS:

Paraná

Antônio Mariz — ARENA.

Minas Gerais

Genival Tourinho — MDB; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA.

Santa Catarina

Walmor de Lucas — MDB.

Rio Grande do Sul

João Gilberto — MDB; José Mandelli — MDB; Odacir Klein — MDB.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Votaram "SIM" 179 Srs. Deputados; "NÃO" 15; abstenções, 7.

Deixa-se de fazer a chamada, no Senado, porque mesmo adicionando-se o número dos componentes daquela Casa do Congresso Nacional, não se alcança o quorum Constitucional para a aprovação da Emenda. Em consequência, fica adiada a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Item 2:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 56, de 1975, que atribui remuneração aos Vice-Prefeitos, fixada através de Lei Estadual, tendo

PARECER, sob nº 24, de 1976-CN, da Comissão Mista, contrário, com voto vencido, em separado, do Deputado Vieira da Silva, e voto vencido dos Senadores Henrique de La Rocque, Ruy Santos e Mattos Leão e do Deputado Mauro Sampaio.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

O Sr. Inocêncio de Oliveira — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Inocêncio de Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (ARENA — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quando apresentamos a proposta de Emenda Constitucional nº 56/75, que atribui remuneração aos Vice-Prefeitos, fixada através de lei estadual, fizemos imbuídos do espírito de uniformizar o critério de remuneração do cargo ou mandato.

Hoje, na sistemática atual, há Vice-Prefeitos que são remunerados, enquanto outros não o são.

Na nossa justificação afirmávamos:

Até à Emenda Ernesto Geisel — Emenda Constitucional nº 4, de 23-4-75 — somente faziam jus à remuneração os Vereadores das Capitais e dos Municípios de população superior a 200 mil habitantes. Hoje todos os Vereadores percebem subsídios para o exercício do mandato.

Enquanto a Lei Complementar nº 5, de 29-4-1970, estabelece apenas quatro casos de inelegibilidade para os candidatos às Câmaras Municipais, impondo o prazo de só dois meses, para a desincompatibilização (art. 1º, item VII, letras a a d), dos que pleiteiam a Vice-Prefeitura exige a mesma Lei três meses para a desincompatibilização, e lhes prescreve seis hipóteses de inelegibilidade (art. 1º, item IV, letras a a f).

Nossa Lei Magna determinou que "aos Estados são conferidos todos os poderes que, explícita ou implicitamente, não lhes sejam vedados por esta Constituição (art. 13, § 1º).

Aplicando a regra, como o Vice-Presidente da República percebe remuneração, as Constituições estaduais atribuíram vencimentos aos Vice-Governadores, e em algumas Unidades da Federação até aos Vice-Prefeitos, pois são funções semelhantes, são funções executivas, apenas exercitadas em esferas diversas.

Dos 21 Estados do País, em 15, os Vice-Prefeitos são remunerados, enquanto que, em apenas 6, não o são.

De forma que, o fato está a exigir a aplicação do princípio da isonomia. E a presente iniciativa, uma vez erigida em texto constitucional, atuará a norma referida, ao mesmo tempo em que estimulará a disputa ao cargo de Vice-Prefeito, viabilizando a eleição de brasileiros em condições de bem desempenhar as funções correspondentes.

Atribuindo a fixação através de lei estadual, que deverá dar-lhe:

Atribuições específicas e fixando estipêndio correspondente, a dúvida doutrinária ou a presente situação equívoca desaparecerá. E a legislação estadual deverá seguir a norma constitucional maior, caso esta Emenda seja aprovada nos seus termos propostos:

"Os Vice-Prefeitos farão jus a remuneração, por seus serviços no cargo, fixada em lei do respectivo Estado."

Esta redação, referindo-se expressamente à remuneração pelos serviços prestados no cargo, cria, obviamente, a exigência para a legislação estadual de serem atribuídas tarefas específicas do cargo de Vice-Prefeito, para que se justifique a contraprestação pecuniária.

Pelo exposto, esperamos contar com o apoio dos Srs. Congressistas, com a transubstanciação dessa proposta em texto constitucional.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Deixa-se de proceder à votação, porque pela chamada anteriormente feita, verificou-se falta de quorum para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 5 minutos.)

TRÂNSITO

Legislação atualizada
Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados
Legislação especial e correlata
Ilícitos penais do Trânsito
Resoluções do CONTRAN
Notas — Comparações — Remissões
Furto de uso

"Revista de Informação Legislativa" nº 38

452 páginas

PREÇO: Cr\$ 25,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as
alterações introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas.

PREÇO: Cr\$ 35,00

A VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Edição: agosto de 1974

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

- Lei Orgânica dos Partidos Políticos (e suas alterações);
- Código Eleitoral (e suas alterações);
- Sublegendas;
- Inelegibilidades (Leis Complementares nºs 5/70 e 18/74);
- Colégio Eleitoral (Presidente da República e Governadores);
- Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral;
- Resolução do Tribunal de Contas da União
(prestação de contas dos Partidos Políticos);
- Lei do transporte gratuito em dias de eleição
(Lei nº 6.091, de 15-8-1974);
- As últimas instruções do TSE
(voto no Distrito Federal; justificação dos eleitores que não votarem).

Edição — Setembro de 1974

340 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

A VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

QUADRO COMPARATIVO ANOTADO

**O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 5.869/73,
COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.925/73) COMPARADO AO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-
LEI Nº 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).**

2 VOLUMES

1º VOLUME:

**QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COM DIS-
POSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;**

2º VOLUME:

NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:

- **LEGISLAÇÃO CORRELATA;**
- **JURISPRUDÊNCIA;**
- **DOCTRINA;**
- **EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL;**
- **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF. ALFREDO BUZAID;**
- **LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E**
- **REMISSÕES.**

**NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de dispositivos do Có-
digo, Lei nº 5.869/73, alterados pela Lei nº 5.925/73.**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

PREÇO: Cr\$ 70,00

**Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — Brasília — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de Reembolso Postal.**

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50